

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO, FORTALECENDO A HORTICULTURA NA CADEIA PRODUTIVA DO NPA 3 BOA SORTE

Fábia Silva de Oliveira Lima<sup>1</sup>, Fernanda Fonseca Pereira<sup>2</sup>, Luciana Pinto Fernandes<sup>3</sup>, Raimunda Vieira Santos da Silva<sup>4</sup>, Zilma dos Santos Dias<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Professora - IFTO- Campus Dianópolis .e-mail: fabia.lima@ifto.edu.br

<sup>2</sup> Discente Curso Técnico em Agropecuária. e-mail: fefonseka@hotmail.com

<sup>3</sup> Pedagoga - IFTO- Campus Araguatins. e-mail: Luciana@ifto.edu.br

<sup>4</sup> Administradora - IFTO- Campus Araguatins. e-mail: raimunda.silva@ifto.edu.br

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso Bacharelado em Agronomia - IFTO- Campus Araguatins. e-mail: zilma07dias@gmail.com

**Resumo:** O presente Projeto de Extensão foi desenvolvido no NPA 3 – Boa Sorte, localizado na zona rural do município de Araguatins, pertencente à microrregião do Bico do Papagaio, Estado do Tocantins. Teve como objetivo, a oferta do Curso de Formação humana, política, econômica e social e, como público alvo, membros das famílias pertencentes ao NPA 3 – Boa Sorte e a equipe pedagógica da Escola Estadual Boa Sorte. O Projeto proporcionou aos integrantes, discussões acerca de suas formações intelectuais, pautada na sustentabilidade de suas comunidades, visando o fortalecimento e a valorização da Agricultura Familiar, assim como assistências técnicas para produção de hortaliças. O Curso ofertado semanalmente na Escola da comunidade, totalizou 100 horas e, as assistências técnicas eram agendadas durante as aulas, conforme as ações realizadas em cada horta. No decorrer do Projeto, algumas famílias implantaram e outras apenas dinamizaram as hortas que já existiam em suas propriedades. A partir da convivência e participação nas ações do Projeto, as famílias puderam discutir sobre a historicidade dos povos do campo, sua luta pela terra, o papel histórico dos governantes brasileiros frente às populações do campo, o papel político e econômico das comunidades campestres, puderam ainda, compreender o conceito de trabalho para as comunidades campestres. As famílias tiveram também, a oportunidade de aprimorar a alimentação familiar, com o plantio de culturas olerícolas possibilitando a comercialização do plantio excedente, completando e diversificando sua renda. Enfatizamos que, famílias assistidas conseguiu realizar colheitas em suas hortas e estabeleceram uma rotina de produção. Portanto, acreditamos que a implementação do Projeto proporcionou mudanças positivas nas famílias do NPA 3 - Boa Sorte, no que se refere, em seu modo de pensar, agir e produzir.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, assistência técnica, curso de formação, hortas, diversificação alimentar

### 1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão desenvolvido no Núcleo de Produção Agrícola 3 Boa Sorte, buscou debater temáticas que fortalecessem os conceitos e as práticas dos produtores rurais, em torno das realidades vivenciadas no dia a dia das populações campestres, suas dificuldades e perspectivas, considerando a realidade econômica e política do país, assim como, as demandas relacionadas com a agricultura familiar. A realidade deste projeto de extensão buscou proporcionar aos pequenos produtores rurais condições para que fossem implantadas e/ou revitalizadas hortas em suas propriedades, buscando melhorias na qualidade de sua alimentação familiar, sendo também incentivado à comercialização de sua produção excedente de olerícolas no município de Araguatins – TO.

Segundo Melo e Vilela (2007), a produção de hortaliças estar sendo um dos grandes fatores para o aumento da cadeia produtiva no território brasileiro, assim dando renda aos pequenos produtores dos assentamentos no Brasil. As hortaliças que eram produzidas, predominantemente, pelo sistema de cultivo convencional, nos últimos anos, tem se verificado um significativo crescimento de cultivos diferenciados com destaque o sistema orgânico.

Outra ação do projeto foi a oferta de um curso de Formação Humana, Política,

Econômica e Social, com o propósito de proporcionar discussões acerca de conhecimentos sobre a história dos povos do campo, como se constituiu os assentamentos e acampamentos rurais ao longo da história brasileira, o papel das comunidades do campo e sua contribuição na sociedade em que vivemos, as políticas voltadas para o campo brasileiro e para os pequenos produtores rurais, a contribuição das práticas da agricultura familiar para a economia brasileira, entre outras.

Ao longo da história dos povos do campo, verificamos que sua composição e sua territorialidade vêm sendo construídas desde a política da divisão das terras brasileiras, as sesmarias, que mesmo territorialmente menores ainda representariam grandes extensões de terras, tendo como centro de sua atividade, o cultivo e a colheita das densas lavouras, baseada na monocultura e na industrialização a partir dos engenhos, essa estrutura seria, a origem do sistema agrário brasileiro.

Para Stédile (2005, p. 62), a sesmaria e o engenho, se desenhariam no cenário brasileiro, como instituições fundamentais na estrutura econômica brasileira.

A política excludente das sesmarias, fortalecia cada vez mais a aristocracia rural e tornava o restante da população, ainda mais empobrecida e dependente, apenas de sua força de trabalho, não lhes permitindo, nem à posse de terras e nem sua concessão para nelas trabalharem.

O cenário que caracterizou o Brasil-Colônia, no século XVIII, era uma vastidão de terras abandonadas e um enorme contingente de pessoas que se mantinham a margem, impedidas legalmente, de usufruírem dessas terras.

Retratando a realidade brasileira, Stedile (2005, p. 75) aponta:

1º - Nossa população é quase nada, em comparação com a imensidade do terreno que ocupamos há três séculos. 2º - As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir que não sejam sujeitas à invasão dos índios. 3º - Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras e mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste, que deixe ficar a família por alguns anos. 4º - Há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras e sempre falta de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente. 5º - Nossa agricultura está em o maior atraso e desalento, a que ela pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em nossa civilização.

Em 1822, praticamente não haviam mais terras a serem concedidas, a grande concentração de terras intensificou o surgimento de posseiros, o que era inevitável, visto que, um grande quantitativo de terras, era de posse de poucos latifundiários, o que provocou vários embates, entre posseiros e sesmeiros. Diante dos conflitos, como sempre, a legalidade se colocaria ao amparo dos fazendeiros, que se valiam de decisões judiciais para expulsar os posseiros das terras demarcadas.

Em 18 de setembro de 1850, é outorgada por Dom Pedro II, a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras, com ela, as terras brasileiras, poderiam ser adquiridas a partir do poder de compra, substituindo o termo concessão de uso. Com a criação da Lei de Terras, o governo teria certeza que não faltaria uma grande massa de mão-de-obra para as lavouras, pois, grande parte da população brasileira, não tinha posses para adquirir terras, referendando a situação já existente, ou seja, os únicos que possuíam posses para comprar as terras eram os que já possuíam suas concessões, seguida do Estatuto da Terra, embora ambas as legislações, nunca tenha ajudado de fato a modificar significativamente a vida de milhares de pessoas de vivem e convivem no campo.

Escravos e colonos empobrecidos, não tinham como pagar para adquirir sua própria terra e assim, nada mudou, os sesmeiros continuariam com seus grandes contingentes de terras, agora legitimados por lei, enquanto, uma grande parte da população brasileira, continuaria sujeita às mazelas sociais, apenas possuindo sua força de trabalho, que normalmente era vendida aos senhores dos latifúndios.

Segundo Basbaum (1986), diante das várias transformações econômicas, sociais e

políticas, apenas a propriedade da terra, se manteria como nos tempos imperiais, ou seja, uma grande concentração de terra, nas mãos de poucos senhores. O sistema das grandes propriedades era, no período colonial, continuou no período imperialista e permaneceu no período republicano, o único sistema de posse e exploração das terras brasileiras, o que a tornou subutilizada e pouco produtiva em sua totalidade.

Sobre a população que habitava o campo brasileiro, no início do século XX Basbaum (1986, v. 2, p. 59) aponta, “em 1920, num país essencialmente agrícola, cerca de vinte e nove milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 90% da sua população não tinha terra alguma”.

Desse modo, grande parte da população brasileira, que vivia no campo, era composta por duas vertentes: a primeira pelos imigrantes, com o propósito de habitar e trabalhar nas terras brasileiras, mais precisamente nos campos, onde localizavam-se as grandes plantações, buscando melhores condições de vida, diferentemente das que vinham tendo em seus países de origem, sujeitos a pobreza extrema, guerras e sem perspectivas de melhoria de vida. Essa população de imigrantes, veio com a proposta de povoar os campos da região sul e sudeste do país.

A segunda vertente, originou-se com a formação no decorrer dos tempos, das populações mestiças, sua gênese, deu-se pela miscigenação ocorrida a partir do desenvolvimento populacional brasileiro.

Essa nova formação da população brasileira, assim como, a população de imigrantes, também se caracterizaria pela pobreza, seguindo das mesmas insígnias de seus ascendentes, primeiro porque, não tinham acesso à terra, por não fazerem parte da linhagem preferencial a terem direito à concessão de terras e, segundo, a partir da Lei de Terras, por não terem posses, na maioria das vezes, para adquiri-las.

Em 1963, o governo Jango, cria o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.212/63), revogada no ano de 1973 pela Lei nº 5.889/73, ambas, regulamentavam os direitos dos trabalhadores rurais, apoiando seu fortalecimento, a partir, dos sindicatos, causando, ira e desconforto dos latifundiários.

Contudo podemos notar a importância de se discutir a realidade da população rural brasileira, principalmente em se tratando do pequeno produtor rural, do assentado rural, dos ribeirinhos, dos indígenas, dos quilombolas e das milhares de famílias que ainda buscam o pelo direito de adquirirem a terra com o uso para o seu sustento e sustento familiar, de modo que, as discussões, os debates e as informações, acerca dessa realidade precisam ser conhecidas e servirem como pautas de lutas sociais. As pessoas do campo precisam estar de forma conscientes e engajadas nos movimentos de lutas e reivindicações, de modo, acreditamos que este projeto de extensão contribuiu e vem contribuindo de forma articulada com a realidade das pessoas do campo e, como isso busca a cada momento melhorias para sua familiar e bem-estar.

## **2.OBJETIVOS**

Este trabalho tem por objetivo contribuir na formação humana, social e política das famílias pertencentes ao NPA 3 – Boa Sorte, assim como, no aprimoramento da equipe pedagógica da Escola Estadual Boa Sorte, proporcionando a formação intelectual e consciente pautada na sustentabilidade da comunidade do campo, visando o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar. Além da implantação das hortas nas propriedades enfatizando conceitos como: agroecologia, desenvolvimento sustentável e economia solidária, trabalho, agricultura familiar, mostrando os conhecimentos técnicos necessários para que a horta fosse efetivada.

## **3. METODOLOGIA DE TRABALHO**

Este projeto de extensão foi desenvolvido no NPA 3 – Boa Sorte, sendo parte das ações de extensão que o IFTO – *Campus* Araguatins promoveu, com o propósito de beneficiar as comunidades circunvizinhas ao *Campus*, com objetivo de contribuir positivamente com seu desenvolvimento.

O projeto foi composto de ações que envolveram: visitas ao NPA 3 – Boa Sorte, com intuito de cadastrar famílias com interesse em participar do Curso de Formação; a oferta de um Curso de Formação Política aos pequenos produtores rurais com discussões em torno da historicidade dos povos do campo e o incentivo ao sistema orgânico de produção; como também a implantação de hortas ou a dinamização de hortas já existentes, nas propriedades dos produtores rurais.

No decorrer das visitas foi realizado o cadastro de doze famílias a partir de um levantamento socioeconômico, com informações básicas e, principalmente o interesse em participar das ações a serem desenvolvidas no decorrer do projeto.

Em relação ao Curso de Formação ofertado à comunidade e a equipe pedagógica pertencente à Escola Estadual Boa Sorte, foram trabalhadas várias temáticas que fazem parte da realidade dos povos do campo e sua luta pela terra, foram discutidos conceitos de ordem política, social e econômica referindo-se a sua trajetória de lutas e conquistas, discussões estas, que fazem parte do trabalho de dissertação da pedagoga Luciana Pinto Fernandes, coordenadora do projeto, discussões sobre técnicas de planejamento e desenvolvimento de hortas dentro das propriedades, considerando a necessidade de cada propriedade. No decorrer do projeto foram implantadas três hortas e três foram dinamizadas.

Os objetivos metodológicos visaram à sistematização das discussões que contemplaram o Curso de Formação, nas quais foram utilizadas práticas pedagógicas que auxiliaram o processo de ensino e aprendizado como explanação das temáticas propostas que fazem parte da realidade do campo, utilizando dinâmicas, discussões, oficinas, depoimentos das famílias, trocas de experiências e vivências práticas que oportunizaram a concretização de ações conscientes e pautadas na sustentabilidade, discutiu-se sobre os temas propostos no Projeto, contribuindo com a implantação e/ou revitalização de hortas em seis propriedades, a partir de assistência técnica, visitas e fornecimento de alguns materiais para o bom andamento das práticas agrícolas nas hortas.

O projeto proporcionou aos cursistas um dia de campo no IFTO – *Campus* Araguatins, com uma programação de visita aos setores e como última programação uma mesa redonda a presença de um técnico do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins.

Foram debatidas ações sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, mostrando as linhas de créditos e como os produtores poderiam participar dessa política do Governo. Os produtores expressaram interesse em buscar um financiamento rural, para um melhor investimento em suas propriedades, sendo que, os mesmos procuraram a equipe do projeto que marcassem uma reunião nas mediações do NPA 3 – Boa Sorte, com agências bancárias, que pudesse ofertar linhas de créditos a pequenos produtores rurais. Foram realizadas palestras pelos Bancos da Amazônia e do Brasil, os produtores buscaram o financiamento junto à empresa de assistência técnica e elaboração de projetos para aquisição de linhas de crédito.

No decorrer das ações foram ofertadas palestras com o Banco da Amazônia discutindo temáticas referentes a financiamentos para criação de animais e cultivo de hortaliças, no decorrer da palestra foram debatidos assuntos como: Cadastro Ambiental Rural – CAR; a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; a licença de outorga da água, entre outros. A palestra apresentada pelo Banco da Amazônia, foi bastante útil e esclarecedora, o que proporcionou aos produtores uma visão mais concreta da realidade dos financiamentos e créditos rurais e, também com o Banco do Brasil, proporcionando uma palestra sobre financiamento e créditos rurais, no qual foram apresentadas as possíveis linhas de créditos que os produtores poderiam realizar, os assuntos abordados foram referentes a linhas de créditos em relação à criação de animais e os cultivos de hortaliças nas propriedades assistidas pelo projeto de extensão.

Diante das palestras com as agências financiadoras de créditos rurais os pequenos produtores entusiasmaram-se em solicitar financiamentos para incrementar seus projetos rurais.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o desenvolvimento do Projeto foram realizados o cadastramento de doze famílias

que se disponibilizaram participar das ações do Projeto, o que incluía, participar do Curso de formação e implantar uma horta, porém apenas seis famílias participaram efetivamente das ações que envolveram o Curso de Formação, a implantação e a revitalização das hortas.

No total, o Projeto passou a fornecer assistência técnica e cuidados rotineiros a seis hortas. No decorrer das ações podemos citar os seguintes avanços:

Os participantes do Curso, a partir da convivência e participação nas ações do Projeto, puderam discutir sobre a historicidade dos povos do campo, sua luta pela terra, o papel histórico dos governantes brasileiros frente às populações do campo, o papel político e econômico das comunidades camponesas, entender o conceito de trabalho para as comunidades camponesas e a diferenciação do conceito de trabalho para as sociedades de preceitos capitalistas;

A implementação de hortas com o cultivo das olerícolas nas propriedades com a participação das famílias, trouxe melhorias, tanto em relação à variedade e a consciência da alimentação para saúde e bem-estar, como a geração de trabalho e renda para as famílias e para a comunidade, além de discutir temáticas como: agroecologia, desenvolvimento sustentável, economia solidária, trabalho e geração de renda visando valorização e fortalecimento da agricultura familiar, agricultura camponesa e agricultura patronal.

Nas propriedades envolvidas pelo Projeto, ao longo das ações foram realizadas visitas, para reconhecimento da área, para serem implantadas e o desenvolvidas as hortas, apenas em uma propriedade houve a necessidade de arar a área para proceder ao levante dos canteiros. Nas demais propriedades visitadas, a área já se encontrava cercada, precisando apenas limpar para iniciar o levante dos canteiros.

Foram realizadas visitas às propriedades, dando continuidade ao objetivo de verificar e orientar quanto à área destinada a implantação da horta, logo após foram implantadas as hortas nos meses subsequentes. Verificamos, ainda, as propriedades prontas para iniciar o levante dos canteiros e realizar a análise do solo para orientação de como corrigir, calcarear ou adubar o solo da propriedade, escolha das culturas e cultivares .

As palestras realizadas tanto com o Banco da Amazônia como o do Banco do Brasil ressaltaram a importância da preservação dos recursos naturais nas propriedades que realizam financiamento.

## **5. CONCLUSÃO**

O projeto conseguiu seus propósitos em relação às famílias assistidas, das 12 famílias inicialmente assistidas, seis conseguiram desenvolver o ciclo do plantio, outra conquista do Projeto foi a busca dos produtores por financiamentos do Governo Federal voltados para a Agricultura Familiar, com o propósito de desenvolver suas respectivas hortas.

Com o desenvolvimento do projeto obtivemos a oportunidade de trabalhar com conceitos de agricultura familiar e extensão rural, atendendo as necessidades de assistência técnica aos produtores. Esse projeto de extensão, parte do princípio que o conhecimento é algo que nunca pode ser esquecido e, que seu papel é fundamental para que o homem do campo conheça sua história.

Com a discussão sobre os povos do campo, buscou-se destacar a importância de se conhecer o passado e as origens das variedades existentes das populações do campo, assim como dos enormes latifúndios. E ainda, que o homem do campo, necessita ser conhecedor de sua história, a fim de buscar condições de mudanças e transformar seu futuro, agindo de forma consciente, agindo em torno do movimento libertador, num cenário econômico em que, a maioria das políticas públicas são direcionadas para o fortalecimento do agronegócio e conseqüentemente às políticas de exportação.

As famílias foram envolvida em discussões sobre sua realidade e seu papel produtivo na sociedade, partindo da concepção que o campo constitui-se como parte essencial da sociedade da qual pertencemos e, como tal, toda sua comunidade necessita agir de forma consciente dentro dela.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1889 a 1930**. v. 2, 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BORGES, Fragmon C. **Origens Históricas da propriedade da Terra**. In: STEDILE, João P. (org.). **A questão agrária 1 – o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 5.889 de 08 de junho de 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalhador rural.

DE MELO, P. C. T.; VILELA, N. J. **Importância da cadeia produtiva brasileira de hortaliças**. 2007.

STEDILE, Joao Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil 1 - O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.